



**DEIXO TODAS AS CAPITANIAS DE PAZ, MUITAS DELAS
CONQUISTEI POR GUERRA: HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO
EM UM MANUSCRITO DE MEM DE SÁ**

**I LEAVE ALL THE CAPTAINS IN PEACE, MANY OF THEM
I CONQUERED BY WAR: HISTORIOGRAPHY OF RIO DE
JANEIRO IN A MANUSCRIPT FROM MEM DE SÁ**

Elizama Almeida¹

RESUMO

A partir da transcrição e análise de um autógrafo de Mem de Sá, datado do ano de 1570 e atualmente sob a guarda da Biblioteca Joanina, o artigo se interessa em tratar da narrativa do lusitano sobre o Brasil daquele período e mais especialmente sobre o Rio de Janeiro. Considerado, até agora, como o único manuscrito de Sá de que se tem notícia, o texto pode ser dividido em duas temáticas principais. A primeira está situada na linha do combate: Sá comenta sobre os conflitos com os povos nativos de regiões do Nordeste e os sucessivos confrontos com os franceses alojados na Baía de Guanabara. Um segundo grupo temático presente no autógrafo trata da implementação de um quadro municipal no Morro do Castelo, à época chamado Morro do Descanso, como uma espécie de certidão de nascimento da cidade do Rio de Janeiro. Interessa-nos observar como, discursivamente, são descritos o encontro e os arranjos entre os europeus e os tupinambás, e como estão presentes, na formação carioca, a pacificação ao lado da batalha, a igreja ao lado do castigo, a prisão ao lado da casa dos padres. O documento de Sá, lido atualmente, permite perceber o que disso permaneceu, desapareceu ou se diluiu, seja do ponto de vista da memória cultural quanto da geografia, de que podem ser exemplos o Morro supracitado, a Ilha de Villegagnon (antiga Ilha Serigipe e atual Escola Naval) e os logradouros que homenageiam Sá e sua família, como Avenida Mem de Sá, Avenida Salvador de Sá e o bairro do Estácio, berço do samba. O artigo se vale de mapas e de fotografias a fim de materializar tal presença, ao mesmo tempo em ausência e em camadas.

Palavras-chave: Mem de Sá. Morro do Castelo. Historiografia. Cultura material. Memória.

ABSTRACT

Based on the transcription and analysis of an autograph by Mem de Sá, dated 1570 and currently under the care of the Joanina Library, the article is interested in dealing with the Portuguese narrative about Brazil in that period and especially about Rio de Janeiro. Considered, until now, as the only manuscript of Sá that is known, the text can be divided into two main themes. The first is situated in the line of combat: Sá comments on the conflicts with the native peoples of the Northeastern regions and the successive clashes with the French living in Guanabara Bay. A second thematic group present in the autograph deals with the implementation of a municipal framework in Morro do Castelo, at the time called Morro do Descanso, as a kind of birth certificate for the city of Rio de Janeiro. We are interested in observing how, discursively, the encounter and arrangements between the Europeans and the Tupinambás are found, and how pacification stands beside the battle, the church besides the punishment, the prison besides the house of the priests. Sá's document allows us to see what remained of this, disappeared or was diluted, whether from the point of view of cultural memory or geography, of which the aforementioned Morro, Ilha de Villegagnon (formerly Ilha Serigipe and the current Escola Naval) and the public places that honor Sá and his family, such as Avenida Mem de Sá, Avenida Salvador de Sá and the Estácio neighborhood, birthplace of samba. The article uses maps and photographs in order to materialize such presence, at the same time in absence and in layers.

Keywords: Mem de Sá. Morro do Castelo. Historiography. Culture material. Memory.

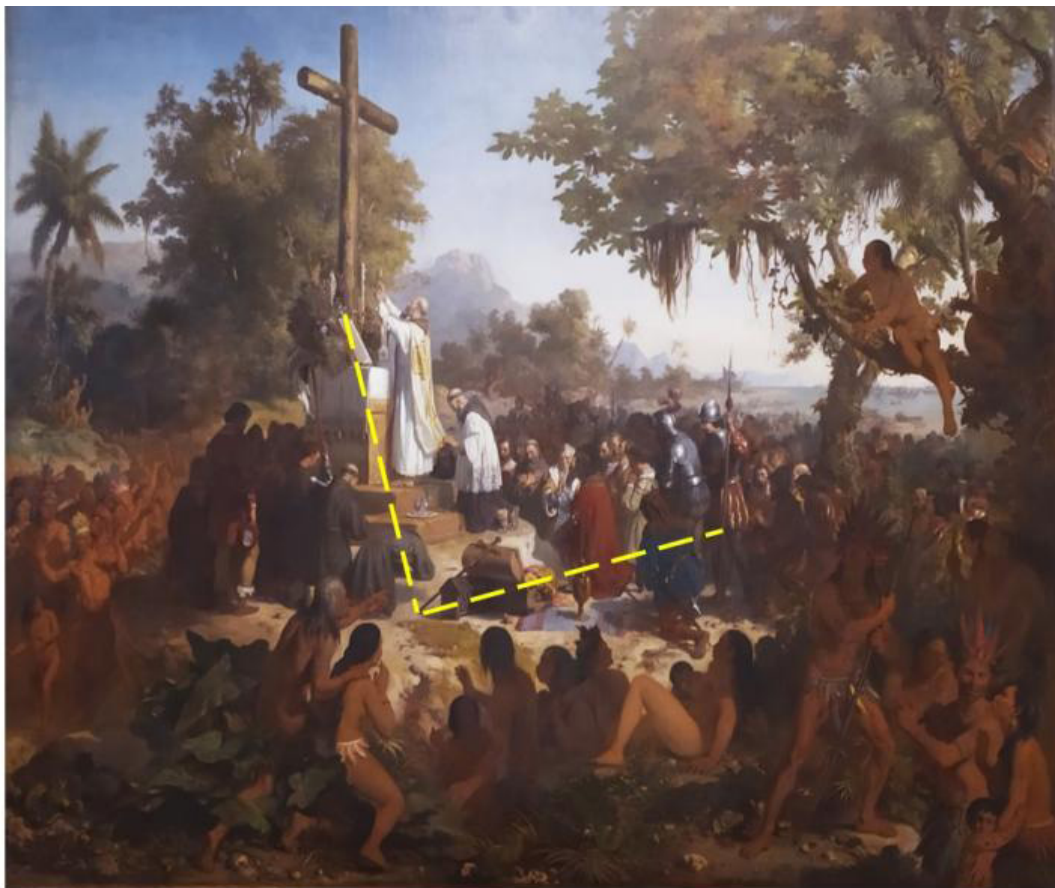
¹ Doutoranda do programa Materialidades da Literatura, da Universidade de Coimbra, ruafrutapao@gmail.com.

Quando cheguei a esta capitania

A tela “Primeira Missa no Brasil” (1861), de Victor Meirelles, não apresenta exatamente novidade: o tema clássico de pintura histórica se espalha em 9 metros quadrados e ainda é um espanto. O grandioso quadro, que pediu dois anos de trabalho, foi a primeira obra brasileira apresentada no Salão Oficial de Paris, dando ao pintor uma lista de honras, entre as quais o grau de cavaleiro Imperial da Ordem da Rosa e o cargo de professor honorário da Academia de Belas Artes.

Senão por ironia ou profecia, é curioso perceber como o primeiro gesto de fundação do país é uma manifestação coletiva ancorada em uma ambiguidade cultural. Na tela, há alguns binômios possíveis de leitura: homem e natureza, luz e penumbra, nudez e roupa, cheio e vazio. No entanto, em vez dos pares opostos, destaco uma complementação triangular: a cruz que aponta o céu, uma espada sobre o baú que toca a terra e outra espada em punho do soldado.

Fig. 1. *Primeira Missa no Brasil* (1861), de Victor Meirelles. Óleo sobre tela.



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes

Esses objetos – cruz e espada – embora pareçam pertencer a dois campos simbólicos diferentes, na verdade, compartilham o mesmo espaço tanto no que se refere à sua estrutura (isto é, ambos são formados por uma linha horizontal, outra vertical) quanto à sua utilização (um protege o espírito, enquanto o outro ataca o inimigo). A guerra acontece em nome de Deus,

portanto, ela é qualificada como “santa”. Não seria este o próprio movimento da colonização em que destruição e colonização andam *pari passu* assim como o soldado e o padre na nova terra?

Nessa esteira, ressoam as linhas escritas do português Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil: “deixo todas as capitanias de paz, muitas delas conquistei por guerra”. Seu manuscrito data muito provavelmente de 1570, o que faz do texto, em termos de anos, um irmão próximo ao episódio pintado por Meirelles. Com código Ms. 506, f. 63-63v^o, o documento original está sob a guarda da Biblioteca Joanina e a reprodução foi muito gentilmente cedida pelo Dr. António Eugénio Maia do Amaral, diretor-adjunto da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra desde 2007.

Em linhas gerais, o documento é uma magra prestação de contas em que Mem de Sá pontua, frente e verso, o que fez em terras brasileiras até então; ele que havia sido enviado de Coimbra para cá no final de abril de 1557. Embora não fosse militar, nem homem da Corte, era conhecido por ser um juiz “probo e enérgico” (VAINFAS, 2000, p. 387), característica que cairia bem na colônia em disputa com os franceses que, na corrida pela posse, estavam na frente, fincados na Baía de Guanabara, ainda amplamente habitada por indígenas. Sob o comando de Villegagnon, que instalara aqui a França Antártica em 1555, o confronto se estenderia por longos doze anos, dando vitória – como a história nos adianta – aos portugueses.

As ações de Mem de Sá não demoraram a ser reconhecidas e sua fama, espalhada. O padre jesuíta Antônio Blasquez, em 30 de abril de 1558, afirma que o governador imprimiu uma “outra maneira de proceder que até agora não se teve, que é por temor e sujeição; e pelas mostras que isto dá no princípio, conhecemos o fructo que adiante se seguirá, porque com isto todos temem e todos obedecem e se fazem aptos para receber a Fé”.² Essa maneira peculiar não se restringia ao domínio de povos indígenas, mas à própria organização da colônia.

Outro padre, José de Anchieta, elevaria Mem de Sá à categoria de Ulisses: a ele dedicou o poema “De Gestis Mendi de Saa” (c. 1562), todo escrito em hexâmetro dactílico, um esquema rítmico muito presente na poesia épica. Ali são louvados os feitos de Sá pela guerra cujo resultado não seria outro além de paz e civilização, de braços com a catequese e a glória de Deus (MIRANDA, 2007, p. 24). Essas ambivalentes nuances podem ser percebidas no pequeno trecho do poema a seguir:

O quão ditoso dia, Mem de Sá, aquele em que a terra brasílica
te pôde vislumbrar! Que vida salutar hás de conceder a esses povos
affitos! Ao teu combate, com que grande pavor, fugirá
o fero inimigo, que muitos impropérios vocifera, lançando-os
contra os cristãos, impellido por uma fúria mortal!³

2 Documentos relativos a Mem de Sá, governador geral do Brasil. Coleção Biblioteca Nacional. Extr. do vol. XXVII dos Annaes da Bibliotheca nacional. Edição de quatrocentos exemplares. Disponível em: <<https://archive.org/details/documentosrelat01unkngoog>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

3 Tradução de Aline Silva Cunha. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/caliope/article/view/7035>>. Acesso em: 31 dez. 2020.

Na pena de Anchieta, o Brasil passa a louvar Mem de Sá antes mesmo de seus atos, bastando apenas que se entrevisse, que se vislumbrasse sua imagem durante a chegada. Na segunda linha, olhando a história à contrapelo, é possível realizar uma inversão dos adjetivos sem prejuízo algum da compreensão de seu conteúdo: Que vida *aflita* hás de conceder a esses povos *salutares*! Amparando essa nossa nova afirmação está o fato de que apenas em 1558 o próprio Mem de Sá escreve ao rei contando que havia destruído 130 aldeias tupinambás próximas ao rio Paraguaçu, na Bahia. (SILVA, 2020, p. 102) Certamente o objetivo de Sá não era garantir uma vida salutar aos povos aflitos, conforme conta o jesuíta Anchieta.

Atuando desde dezembro de 1557, quando aportou na Baía de Todos os Santos, travando guerras em Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro – combates nos quais perderia seu filho, Fernão, e o sobrinho, Estácio –, Mem de Sá, com quase 70 anos, deseja voltar para sua terra, segundo o manuscrito: “Peço a V.[ossa] A.[lteza] que em paga de meus serviços me mande ir para o Reino, e mande vir outro governador, porque afianço a V. Alteza que não sou para essa terra”. (CARVALHO, 1875, p. 404)

O governador sucessor seria dom Luiz de Vasconcelos que, enfim, daria a Sá o descanso que pediu. Parece ser ao próprio Dom Luiz que ele se dirige no autógrafo a seguir. No entanto, se um documento congela um evento na linha do tempo (como o quadro de Meirelles congela aquele encontro, como o manuscrito de Mem de Sá congela sua letra), nesse dia não saberiam – nem Sá nem dom Luiz – que a troca dos poderes jamais seria efetuada. Como vingança dos franceses, as caravelas de dom Luiz de Vasconcelos foram atacadas em alto mar a meio do caminho de Portugal para o Brasil. A contragosto, o já cansado governador fica aqui até morrer em março de 1572.

O manuscrito que está na Biblioteca Joanina, embora enxuto – uma página apenas –, apresenta inúmeros e interessantes desafios para a pesquisa. Um deles é o português escrito sem fixação ortográfica: há palavras grafadas de diferentes maneiras, como *yndios* (índios), *higreijas* (igrejas), *hum/huma* (um/uma), *serquay* (cerquei). Na transcrição que seguirá (e que seria impossível sem o dote paleográfico do Dr. Maia do Amaral) busquei uniformizar e atualizar a ortografia a fim de permitir certa fluidez na compreensão, mas não inseri pontuação, como vírgula, mesmo quando se fazia necessária. Por outro lado, essa situação é ela mesma representativa da história que conta: a transcrição lacunar do documento pode ser vista como uma espécie de alegoria da fundação também lacunar da cidade do Rio de Janeiro. Permanecerão no engasgo historiográfico episódios, encontros e confrontos que resultaram no desaparecimento de inúmeras tabas indígenas.

Estas são as cousas que entrego ao Senhor
Dom Luis Vasconcelos com a governança
do estado do Brasil

quando cheguei a esta capitania a achei toda de guerra, tirando
a cidade e seis ou sete léguas pelo sertão dentro []
entrego toda de paz e pacífica. Com muitos engenhos de açúcar
sobre quinze vinte léguas o longo [da bahia] e muitas e grandes
fazendas pela terra dentro -- -- --.

Conquistei por guerra [] / o Serigipe / o Paraguaçu / Jaguaripe
E até tinharé, / e da banda da cidade conquistei até Rio Reale
que são quarenta léguas desta cidade aonde fiz [ajuntamentos]
pauoaços [sic] de índios [] e igrejas em que [se ensinam]
os padres da companhia lhes ensinam a doutrina cristã, e têm
feitos [sic] muitos cristãos nelas assim grandes como pequenos.
fiz a sé desta cidade, de três naves e de pedra e? qual []
todos de cantaria. -- L// --

fiz a igreja da misericórdia e a espirital de pedra e cal.--

fiz a igreja do colégio [sic] de Jesus de uma nave mas quase tamanho
como a Sé toda de pedra e cal, e forrada.--

fiz um engenho de açúcar de Sua Alteza que lhe rende 800 (arrobas) de
arrendamento e quase outras tantas que lhe pagam do dízimo.

fiz nas casas [] de Sua Alteza em que pousam os governadores uma torre
forte de pedra e cal com suas bombardeiras e seteiras para
defensão da cidade. -- -- --

deixo todas as capitancias de paz muitas delas conquistei por guerra

[*Scilicet*, Isto é] os ilhéus / capitania do espírito santo e a de são Vicente as
quais conquistei

e sujeitei ao [sic] gentio delas a Sua Alteza. --

/f. 1vº/

Entrego a capitania do Rio de Janeiro que tomei duas vezes

por guerra [sic] aos franceses e aos tamoios. tomando lhes muitas
fortalezas fortíssimas []. E que ao parecer dos homens pareciam

inexpulsáveis. [*Scilicet*, Isto é] a fortaleza de Villegagnon capitão francês que
estava em um alto pinhão [sic] de uma ilha que não tinha [] [] e [] .
fortalezas pela terra firme aos pro-

prios franceses as quais torres tinham muita artilharia grossa []

texto manuscrito franquia ainda uma análise sobre a imposição da fé cristã no país por meio da catequização compulsória e a implantação de espaços sociais como cadeia, colégio, engenhos de açúcar em obediência a uma lógica econômica, punitiva e educacional tipicamente europeias.

Embora todas essas sejam leituras muito férteis em significação lítero-histórico-geográfica, legítimas e fundadas no manuscrito, opto pela leitura mais superficial, isto é, opto literalmente pela superfície.

O conteúdo não configura de todo uma surpresa, já que há outro conhecido “instrumento de serviço”, nome atribuído a essa espécie documental. Um desses relatórios, bem mais extenso do que o que aqui se transcreveu, está nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, publicado em 1906 no volume XXVI, sob o título “Documentos relativos a Mem de Sá, governador-geral do Brasil”.⁴ A publicação tratava-se, na verdade, de um catálogo da coleção do diplomata Salvador de Mendonça que fora doada à instituição no final do século XIX. O primeiro texto publicado (precisamente “Instrumentos de serviço”) foi escrito por um terceiro, chamado João Pereira, muito provavelmente o escrivão. Ali há 23 trechos desenvolvidos do que, no manuscrito, havia sido apenas apontado:

7. Fui em pessoa sobre outro principal que se chamava a boca torta por estar de guerra e não querer deixar de comer carne humana que estava dezoito léguas da cidade / parti da cidade amanhecendo e naquele dia e noite cheguei à aldeia antes que amanhecesse e entrei a aldeia se queimou e mataram muitos dos gentios. os mais fugiram o que foi causa depois de Deus o gentio cometer pazes e Eu lhe dei com se fazerem cristãos e os ajuntei em grandes aldeias e mandei fazer igrejas onde os padres da companhia dizem missa e os mais officios divinos e lhes ensinam a doutrina e a lei e a escrever e outros bons costumes / esta gente é a que sempre me ajudou nas guerras que fiz nesta capitania e nas outras onde fui e foi depois de Deus das melhores ajudas que tive.

10. Fiz a sé desta cidade de pedra e cal e de três naves e de boa grandura.

11. Fiz a igreja da misericórdia de boa grandura e de pedra e cal.

12. Fiz a Igreja do mosteiro de Jesus de uma nave mas quase da compridão da Sé o que fiz a minha custa é de pedra e cal e forrada.

13. Fiz uma torre forte e de pedra e cal nas casas onde pousam os governadores.

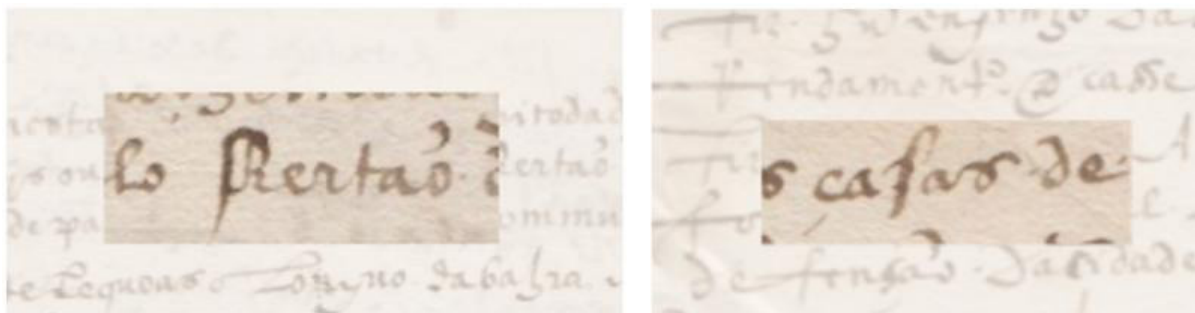
Mas o diminuto par de páginas manuscritas ainda se distingue dos já conhecidos por ser, muito provavelmente, um autógrafo de Mem de Sá.

Parece que nos enganamos ao conceber um documento apartado de suas condições de produção. O engano permanece se afastamos os sujeitos que o produziu. Tentando não abraçar este equívoco, convoco um exercício de fabulação.

4 Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=402630&pagfis=22606>>. Acesso em 12 de jan. 2021.

As rasuras e emendas no texto fazem imaginar o gesto escritural de Mem de Sá já septuagenário, mãos envelhecidas segurando a pena. O movimento nos leva a perceber que enquanto escreve, ele lê o texto, a dúvida surge e logo corrige, como na palavra *Rertão*, depois alterada para *Sertão* (Fig. 5), ou em *cazas*, corrigida para *casas* (Fig. 6). (Fazendo uma ponte entre os séculos, a presença desse pensamento se fazendo, isto é, desse pensamento em ato, é o que Mário de Andrade iria se referir como “escrever com fogo” ou, em termos mais prosaicos, no calor da hora.)⁵

Fig. 5 e Fig. 6. Ampliações do manuscrito de Mem de Sá com marcas de correção.



Pelo nível de rasuras e manchas de tinta no manuscrito, dificilmente se trata de uma versão oficial apresentada à corte, podendo ser vinculada mais à categoria de um rascunho, esboço. Observa-se também que não traz assinatura ou identificação de quem a redigiu. Se, por um lado, esta ausência levanta dúvida de que a autoria seja mesmo de Mem de Sá, com a mesma força torna-se quase uma certeza quando pensamos na nossa própria prática: geralmente, costumamos assinar, por exemplo, uma lista de mercado, um bloco de notas ou uma anotação que seja mais uma relação de nossas lembranças?

O catálogo de manuscritos da Universidade de Coimbra a respeito do documento diz apenas que “o autor *anônimo* deste escrito, redigido em duas páginas, relata importantes serviços por ele prestados no Brasil, entre os quais a construção de vários edifícios no Rio de Janeiro (Sé, igreja do Colégio de Jesus etc)”.

Apesar da opacidade a que se vincula a existência desse original e que ele traga em si a ideia embrionária a ser desenvolvida posteriormente em um outro “instrumento de serviço”, é um inédito, de certo, e movimentada, em sua própria materialidade, a discussão sobre duas categorias: a do objeto histórico e a do documento histórico.

A primeira categoria caracteriza-se, quaisquer que sejam seus atributos intrínsecos, por um sentido prévio e imutável. A ela, pertencem objetos singulares e auráticos, na expressão benjaminiana, que poderiam ser substituídos por cópias ou por objetos de atributos equivalentes. Enquanto o conceito da segunda categoria, a de documento histórico, pode ser entendida como “um suporte de informação”. Para o teórico Ulpiano Bezerra de Menezes, o que faria de um objeto, documento, não seria, pois, uma carga latente que o objeto carrega em si, mas um conhecimento em torno do sistema documental.

⁵ Conferir artigo “Nas entranhas da invenção”, de Carlos Haag, publicado na Revista Pesquisa Fapesp, ed. 168, fev. 2010.

Nesse sentido, o item manuscrito de possível autoria de Mem de Sá foi concebido como um documento – um suporte de informação –, ainda que sua produção como documento propriamente dito tenha sido “involuntária”. Aquela folha em que Sá rascunhou seus feitos passa a ser considerado um “documento involuntário” na medida em que “não tenha como ação primária registrar e conservar informação, mas que, apesar disso, pode convenientemente também fornecer uma certa carga de informação”. (MENEZES, 1998, p. 3) No entanto, ao ser incorporada e tratada por uma instituição de guarda, essa mesma folha de ideias apenas rascunhadas torna-se igualmente um objeto histórico.

As condições de produção, circulação e conservação do manuscrito de Sá franquia igualmente à discussão no movediço terreno entre memória funcional (*working memory*) e memória de armazenamento (*reference memory*), de que fala Assmann (2011).

Mas qual seria o valor funcional direto do manuscrito? Pensemos nos documentos que estão em circulação dentro do seu projeto de ação. Por exemplo, uma nota fiscal serve à comprovação, a certidão de nascimento atesta uma nova vida, a folha de serviço, como é o caso de Mem de Sá, funciona como um relatório de trabalho. Tais objetos circulam dentro daquilo que deles se espera. São, portanto, objetos que se esgotam no *seu* presente. (MENEZES, 1998, p. 94)

No entanto, esses mesmos itens podem ser transferidos e fornecer “informações jamais previstas em sua programação” (1998, p. 95). E é aí que reside o desafio:

quando se perde o valor funcional direto dos documentos, deve haver uma interpretação crítica deles, caso se queira que o inventário de inventário de informações não se degenere à condição de mera memória de armazenamento ou de um repositório material. (ASSMANN, 2011, p. 368)

O manuscrito de Sá, ao perder seu valor funcional – ou seja, não tendo mais, *a priori*, o objetivo final ou a função de um instrumento de serviço –, abre para uma nova possibilidade de leitura crítica como memória potencial a partir do que chamamos de “herança cultural”. (2011, p. 369)

Meu interesse crítico a partir do texto de Mem de Sá é, portanto, na narrativa apontada sobre a construção do Rio de Janeiro, observando tanto como presença dele quanto a de Estácio de Sá foram diluídas e permaneceram nesta cidade sustentada por colunas ambivalentes como guerra/paz, armas/letras, construção/destruição. O documento manuscrito traz em si essa espécie de círculo sobre círculo, o Rio antes do Rio, uma cidade fundada em cima de outra já existente: nesse pedaço de terra, mar e montanha, havia no mínimo 80 mil tupinambás distribuídos cerca de 84 aldeias somente no entorno na Baía de Guanabara.⁶

6 Segundo Rafael da Silva, “o veneziano Américo Vespúcio, que participou da segunda expedição oficial portuguesa ao Brasil, e que muito provavelmente visitou a Baía de Guanabara nessa viagem, registrou em 4 de setembro de 1504: ‘Achamos com efeito a terra populosa’”. (2020, p. 96) Para mais informações demográficas, é importante consultar o capítulo “As tabas da Baía de Guanabara”, do livro *O Rio antes do Rio*.

Estar em contra

O manuscrito de Mem de Sá, sobretudo na parte que inicia em “Entrego a capitania do Rio de Janeiro”, pode ser dividido em duas abordagens. Uma delas se relaciona aos persistentes combates e armadilhas entre lusitanos, franceses e tupinambás na tentativa de demover a França Antártica alojada na Baía de Guanabara desde 1555. Franceses expulsos, a segunda parte que Mem de Sá anuncia é o aparelhamento da cidade visando a um repovoamento com baluartes, igreja, armazéns, câmara e cadeia.

Nas sintéticas linhas do terceiro governador-geral do Brasil está comprimida mais de uma década de encontros – encontros na derivação etimológica da própria palavra *incontrare*, cujo sentido literal é o de estar-em-contra, confrontar, como lembra Gumbrecht (2014, p. 13). Essa janela de tempo que vai culminar na fundação da cidade do Rio de Janeiro de São Sebastião tem três marcos (1560, 1565 e 1567) e encontra em Estácio de Sá, sobrinho de Mem, uma figura chave para sua realização decisiva.

É importante iluminar, historicamente, a passagem do manuscrito quando Mem de Sá se refere à tomada “duas vezes por guerras” da capitania do Rio de Janeiro, isto é, em 1560 e 1567. A Ilha de Serigipe, assim denominada pelos indígenas que habitavam a franja da Baía de Guanabara, foi também chamada pelos portugueses de Ilha das Palmeiras, assumindo depois e em definitivo o nome Ilha de Villegagnon, na qual foi erguido o Forte de Coligny.

A fortaleza parecia aos lusitanos “coisa impossível de entrar” (NÓBREGA apud SILVA, 2020, p. 424). Essa fala ecoa na descrição de Mem de Sá em seu manuscrito: os homens que o acompanhavam achavam que os franceses eram “inexpulsáveis”, até mesmo porque a própria geografia amparava tal impressão: “fortaleza de Villegagnon capitão francês estava em um alto pinhão de uma ilha” e bastante bem munida, com “artilharia de fogo grossa e miúda, espingardas e lanças e corpos d’armas”. (*Instrumento dos Serviços de Mem de Sá*. Anais da Biblioteca Nacional, t. XXVIII, p. 183)

O combate demorou ainda um tempo a acontecer; o que deu a oportunidade aos portugueses de estudarem o lugar e encontrarem uma brecha em um monte próximo às palmeiras. Foi essa fenda desbloqueada que lhes permitiu avançar com flechas e balas (SILVA, 2020, p. 426).

O jesuíta Nóbrega dá notícias desse confronto:

depois de combatida dois dias, não se podendo entrar e não tendo já os nossos pólvora mais que a que tinham nas câmaras para atirar; e tratando-se já como se poderiam recolher aos navios sem os matarem todos, e como poderiam recolher a artilharia que havia posto em terra, sabendo que na fortaleza estavam passante de sessenta Franceses de peleja, e mais oitocentos Índios e que eram já mortos dos nossos dez ou doze homens com bombardas e espingardas, mostrou então Nosso Senhor sua misericórdia, e deu tão grande medo nos Franceses e nos Índios que com eles estavam, que se acolheram da fortaleza e fugiram todos, deixando o que tinham sem o poderem levar. (MIRANDA, 2008, p. 94)

O susto miraculoso que fez com que o montante de franceses e indígenas em número muito superior aos portugueses se encolhesse e fugisse foi obra, na verdade, de um soldado desajeitado. Ao tentar acender um pequeno canhão que havia trazido, o lusitano teria colocado fogo em toda a pólvora de uma das canoas, provocando grande barulho e abrupto incêndio. Fogo: o sinal dos deuses para que os *karaibas* fugissem apressadamente – essa foi a interpretação de uma das mulheres que alardeou o recado sagrado entre seus 800 companheiros indígenas. (SILVA, 2020, p. 452)

Do ponto de vista dos jesuítas, esse evento também foi atribuído ao divino. Para o padre Simão de Vasconcellos, “o próprio São Sebastião teria aparecido para aquela índia em meio ao clarão do fogo”. (op. cit., p. 453)

Apesar de os portugueses terem conseguido tomar a fortaleza, destruindo ainda muitas aldeias próximas, o governador Mem de Sá precisou retornar a São Vicente para apaziguar novas revoltas entre o povo originário e os invasores; conflitos que se multiplicam na costa e no interior brasileiro. Era preciso que Sá exercesse aquela sua maneira de proceder pela via do “temor e sujeição”, deixando o Rio de Janeiro desguarnecido da presença portuguesa.

Fig. 7. Vista da Ilha de Villegagnon (1848). Quadro de Louis Le Breton.



Se valendo de tal ausência, uma segunda disputa entre os europeus aconteceria na Baía de Guanabara em janeiro de 1565 e essa se estenderia por longos dois anos, “debaixo de tiros e flechas ervadas” (MIRANDA, 2007, p. 89). Estácio de Sá – “Cavaleiro Fidalgo da Casa de El-Rei Nosso Senhor, capitão da armada que veio fundar a cidade de São Sebastião, dela primeiro capitão, um dos poucos a contribuir com a vida e a morte, para as três etapas da conquista e povoamento do Rio de Janeiro” (op. cit., 2007, p. 79) – junto com outros duzentos homens, ficam imbuídos de uma dupla missão: não apenas dissolver a França Antártica, como povoar a cidade. Os homens de Sá aportaram no pé do Pão de Açúcar, em uma enseada próxima o Morro Cara de Cão, e

começaram a roçar em terra com grande fervor e cortar madeira para a cerca, sem querer saber dos tamoios nem dos franceses, mas como quem entrava em sua terra, e se foi logo o capitão-mor dormir em terra e dando ânimo aos outros para fazer o mesmo, ocupado cada um em fazer o que lhe era ordenado por ele. (ANCHIETA, 1933, p. 245)

Nesses dois bélicos anos, foram incontáveis os números de mortos indígenas, franceses e portugueses, todos envolvidos em batalhas recorrentes, como a de Uruçumirim (atual região do outeiro da Glória) e Parapucú (atual Ilha do Governador). Entre os que foram abatidos, estava Estácio de Sá, ferido por uma flecha certamente em algum ponto desprotegido de sua armadura, como a fresta da viseira (SILVA, 2020, p. 457).⁷ O jovem, considerado fundador do Rio, não morreria de imediato, sofrendo com a ferida infectada durante o mês de fevereiro. Mas quase de imediato passou a lhe ser atribuída uma aura de mártir: Estácio foi morto por flechas, assim como São Sebastião, o padroeiro eleito para a cidade em homenagem a Dom Sebastião.

Finda a longa guerra e expulsos os franceses, Mem de Sá transferiu o assentamento inicial de Estácio para um morro estrategicamente melhor posicionado – quase em frente à Ilha de Villegagnon – batizado, a princípio, de Morro do Descanso, e podemos imaginar a razão do nome. Ali, em um pico mais elevado na parte interior da Baía, “foi construído um Forte que se chamou de Forte de São Sebastião que possuía uma torre que o deixava parecido com um castelo medieval, por isto o morro passou a ser conhecido como Morro do Castelo”.

Como coroamento daquela região – “uma baía que parece ter sido pintada pelo supremo pintor e arquiteto do mundo, Deus Nosso Senhor, e é assim a coisa mais bela e mais agradável que existe em todo o Brasil”, segundo o Padre Fernão Cardim em 1584 –, o corpo de Estácio de Sá foi sepultado na Igreja de São Sebastião e se encerrava, assim, um primeiro ciclo da guerra em nome de Deus em solo carioca.

Outras providências foram tomadas, como Mem de Sá pontua no manuscrito. Há o estabelecimento de órgãos que servirão a uma aristocracia colonial: igreja, câmara e cadeia com seus respectivos funcionários envolvidos em distribuição de terras, arrecadação de taxas à Coroa, e permanente conversão, segundo Laura de Mello e Souza:

os bons cuidados da Providência, propiciando o achado de prata e ouro, deveriam ser pagos com almas; por outro lado, quanto mais almas se enviassem aos céus, melhores seriam as disposições do Criador para com os colonos. (1986, p. 34)

O jogo de equivalências entre o céu e a terra parece engendrar uma lógica da reciprocidade na qual o débito nunca se paga, pelo contrário, é permanente: se a terra é naturalmente rica, isso se deve ao zelo do divino, ao mesmo tempo em que os tesouros na terra se multiplicarão quanto mais almas se converterem ao divino.

⁷ Segundo Silva (2020), desde os 3 ou 4 anos era tradição dos tupinambás ensinar às crianças a manejar o arco e flecha começando por alvos como cabaças, passando depois a seres moventes como pássaro, peixe, lagarto, cobra, onça, e, por fim, no olho do inimigo. Não se pode afirmar, mas se pode imaginar que a flecha que alcançou Estácio de Sá tenha sido atirada por um tupinambá experimentado desde a infância, atento especialmente à região dos olhos.

Efeito de presença

Se Estácio finca a bandeira no Morro Cara de Cão, possuindo o Rio de Janeiro, digamos, geograficamente, pela terra, Mem de Sá é responsável por dar o pontapé na construção dos órgãos necessários para seu funcionamento. Mas a base e expansão social-colonial da cidade, com seus arranjos econômicos e políticos, se estruturará sob a governança de Salvador de Sá, outro sobrinho de Mem de Sá, governador do Rio por três vezes.

Damos à volta, assim, à redondeza da história: as duas abordagens do Rio de Janeiro no manuscrito de Mem de Sá – a guerra aos franceses e a institucionalização da cidade – continuam a reverberar, colocando às nossas vistas não apenas um estado, mas um processo (ou ainda um estado em permanente processo).

Do Morro do Castelo, para onde Mem de Sá transferiu a cidade depois da batalha definitiva contra os franceses, é conhecida a história de sua derrubada quase quatrocentos anos depois. O desmonte aconteceria em duas etapas, em 1904, no governo de Pereira Passos, e em 1921, por Carlos Sampaio. O Morro desmontado já não era mais aquele de modestas instalações descritas por Sá no manuscrito, com igreja, casa, cadeia, colégio, diocese – quase tudo no singular, de tão pouco.

Séculos depois, o Morro, que tinha “63 metros de altura e ocupava uma área de cento e oitenta e quatro mil metros quadrados”, estava abarrotado de cerca de 460 imóveis, entre vilas, casarões e cortiços, e simbolizava – para os desejos ditos modernos – “um símbolo degradado do passado colonial português” (WANDERLEY, 2019 falta página/o artigo está em uma página da internet). Condenado por engenheiros e médicos, o monolito passou a atrapalhar o desenvolvimento da cidade e influenciando nas condições sanitárias que impediam a circulação do ar, sendo responsável pela disseminação de doenças, como miasmas.

“À medida que o núcleo urbano crescia”, afirma a pesquisadora Cláudia Miriam Paixão (2008, p. 25), “moradores e administradores foram descendo o morro em direção à várzea, atual Praça XV, impulsionados pelo aumento populacional e pelas dificuldades de acesso à água”. E às vésperas da Exposição Internacional do Centenário da Independência brasileira, não era de bom tom ter o povo em sua maioria pobre e negra circulando em uma área central.

Bem no coração da então capital federal, o morro é removido não sem muita polêmica e comoção pública. Comoção que passava também pela abertura do túmulo de Estácio de Sá, cujo corpo havia sido levado para o morro pelo seu tio, Mem de Sá, para descansar em definitivo na primeira Sé Catedral que ele construía e que consta de sua lista de obras no manuscrito.

Fig 8. Abertura do Túmulo de Estácio de Sá, 15/01/1922. Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Fig 9. Demolição do Morro do Castelo, 1922/10/09. Rio de Janeiro, Morro do Castelo, RJ, Brasil



Fonte: Instituto Moreira Salles

O morro, em cima do qual Sá constrói órgãos que organizariam a nova cidade e que ele dá notícias de suas benfeitorias no manuscrito aqui analisado, será colocado abaixo por um longo processo de dinamitações e golpes de jatos de água. Os restos de terra e pedra foram, então, redistribuídos pela borda da cidade, fazendo a orla avançar para dentro do mar, formando a Avenida Beira-Mar, o Aterro do Flamengo e o Aterro do Calabouço. Este último, cuja semântica de calabouço não pode ser definida exatamente como agradável, daria origem ao famigerado Aeroporto Santos Dumont, projeto que exigiu “a construção de uma muralha de contenção e o lançamento de mais de 2,7 milhões de m³ de areia ao mar”.⁸

⁸ Informação disponível em <<https://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-do-rio-de-janeiro-santos-dumont/sobre-o-aeroporto/historico/>>. Acesso em 13 jan. 2021.

Localizada exatamente atrás do aeroporto, a Ilha de Villegagnon, por um gracejo histórico, acabou por ganhar a companhia lusitana através das sobras do Morro do Castelo, morro a partir do qual a cidade do Rio de Janeiro se fez e se desfez. Quanto ao forte francês, devido ao seu posicionamento estratégico bem na entrada da Baía de Guanabara, foi absorvido pela Marinha Brasileira e transformado na Escola Naval em 1822.

Fig 10 e Fig. 11. Vista aérea que compreende a Ilha de Villegagnon, na Baía de Guanabara, e a consolidação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. À esquerda, o mapa data de 1600. À direita, de 1968, já com o estabelecimento do aeroporto Santos Dumont e aterro.



Fonte: Projeto Imagine Rio.

A presença do clã dos Sá ainda é evidente em uma das ruas mais festivas do centro do Rio. A Avenida Mem de Sá liga essa orla que foi esticada para dentro do mar com os restos do Morro do Castelo, atravessa o movimentado bairro da Lapa e se estende até a região do Sambódromo, projeto arquitetônico construído especificamente para desfile das escolas de samba durante o Carnaval. No final da Avenida Mem de Sá surge outra avenida, a Salvador de Sá, que, por sua vez, desemboca no bairro Estácio – notadamente conhecido por ser o berço do samba, de onde são oriundos inúmeros e importantes músicos, como Luiz Melodia e Gonzaguinha. Se os Sá ainda estão presentes, mesmo que sejam apenas como logradouros, permanecem também traços históricos de subversão e sobrevivência do povo indígena e do povo negro no samba e na festa.

Ao mesmo tempo em que o autógrafo de Mem de Sá analisado nesse artigo congela essas relações ambivalentes no eixo do espaço –São Sebastião do Rio de Janeiro –, descongela, no eixo do tempo, o silêncio de uma cidade já acostumada a uma determinada geografia: mudo campo de batalha de onde partem diariamente voos. A cartografia da cidade torna-se, então, uma espécie de empilhamento de um círculo sobre outro, em que o avesso do encontro é menos o desencontro e mais o confronto entre os tantos pares anunciados no manuscrito de Mem de Sá há quinhentos anos: terra e mar, guerra e paz, cruz e espada.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, J. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1933.

ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BELCHIOR, E. de O. *Estácio de Sá e a Fundação do Rio de Janeiro*. História, v.27, n.1, p. 77-100, 2008.

CANCLINI, N. G. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, n. 23, p. 94-115, 1994.

CARVALHO, A. de. *O Brasil - Colonização e emigração: Esboço histórico baseado no estudo dos sistemas e vantagens que oferecem os Estados Unidos*. Porto, Portugal: Imprensa Portuguesa Editora. 1875.

GUMBRECHT, H. U. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. Tradução Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2014.

MENEZES, U. T. B. de. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MIRANDA, D. S. *A Guerra em Nome de Deus: Uma Análise Crítica do De Gestis Mendi de Saa, de José de Anchieta*. São Paulo: USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas / Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira. 2007.

PAIXÃO, C. M. Q. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Niterói: UFF. Centro de Estudos Gerais- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Programa de Pós-Graduação em História Social. 2008.

RANCIÈRE, J. *A partilha do Sensível: estética e política*. Tradução: Mônica Costa Netto. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

SILVA, M. B. N. (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

SILVA, R. F. *O Rio antes do Rio*. 4ª ed. Minas Gerais; Relicário, 2020.

SOUZA, L. M. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, R. (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VENÂNCIO, G. M. "PINTANDO O BRASIL: artes plásticas e construção da identidade nacional (1816-1922)". Revista Eletrônica História em Reflexão, jun. de 2009. ISSN 1981-2434

WANDERLEY, A. C. "A demolição do Morro do Castelo", de Andréa Wanderley, publicado na Brasileira Fotográfica, em 30 de abril de 2019. Disponível em: < <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=14030>>. Acesso em 11 jan. 2021.